

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

ADMINISTRAÇÃO

QUESTÃO 51

Um gestor público decidiu que irá promover mudanças nas práticas de gestão da organização onde trabalha, adotando como princípios a substituição de normas por incentivos, a delegação de autoridade para agentes, a elaboração de orçamentos com base em resultados e a tomada de medidas de desempenho baseadas na percepção dos cidadãos quanto à qualidade da organização.

Nesse caso, o gestor adotará princípios tipicamente representativos

- A da administração burocrática.
- B da administração científica.
- C do empreendedorismo governamental.
- D da administração patrimonialista.
- E da nova administração pública.

QUESTÃO 52

Um órgão de controle federal, ao ter finalizado uma auditoria, recomendou que a organização pública auditada adotasse medidas para aprimorar seu controle financeiro, a fim de mensurar a percepção da qualidade do serviço prestado e elevar a eficiência de seus processos.

A ferramenta gerencial adequada para atender às três recomendações apresentadas à organização auditada é

- A o *balanced scorecard*.
- B o planejamento estratégico.
- C o planejamento tático.
- D a matriz SWOT.
- E o planejamento operacional.

QUESTÃO 53

A estrutura organizacional de uma entidade pública que comporta departamentos de gestão de pessoas, gestão financeira, gestão orçamentária, comunicação institucional e manutenção predial é um exemplo de departamentalização

- A territorial.
- B por produto.
- C por competências.
- D funcional.
- E por cliente.

QUESTÃO 54

Uma organização pública fará recrutamento interno para servidores interessados em participar de um novo programa governamental em vias de implantação. Para isso, o gestor incumbido deverá selecionar auxiliares administrativos a fim de compor a nova equipe, adotando uma técnica de recrutamento de baixo custo, capaz de atingir grande número de pessoas no órgão e adequada ao perfil desejado.

Assinale a opção que indica uma ferramenta de recrutamento adequada para atender as necessidades dessa organização.

- A caça-talentos
- B anúncios em portais de empregos
- C recomendação
- D cartazes nas dependências da organização
- E agências de recrutamento

QUESTÃO 55

Ao buscar a melhoria na prestação de serviços, pode-se estabelecer como meta o nível máximo de qualidade considerando-se os limites da própria capacidade organizacional, o que corresponde ao conceito de

- A qualidade planejada.
- B qualidade total.
- C maximização qualitativa.
- D excelência.
- E qualidade de conformidade.

QUESTÃO 56

Uma organização pública contratou uma empresa de consultoria para melhoria da eficiência organizacional e recebeu como proposta o redesenho de sua estrutura em função de seus processos de trabalho, com reconfiguração de sua distribuição de recursos, pessoas e funções.

A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar que a empresa de consultoria adotou a técnica conhecida como

- A BPM.
- B matriz GUT.
- C reengenharia.
- D Seis Sigma.
- E *benchmarking*.

QUESTÃO 57

Estratégia comum em organizações contemporâneas que buscam aumentar o valor gerado por seus ativos, a alavancagem financeira é corretamente mensurada por meio do

- A índice de endividamento, que corresponde à razão do total de dívidas pelo total de ativos.
- B índice de endividamento corrente, que corresponde à razão do total de dívidas pelo total de ativos e patrimônio líquido.
- C retorno sobre os ativos, que corresponde à razão da receita líquida pelos ativos totais.
- D índice de liquidez corrente, que corresponde à razão do ativo circulante pelo passivo circulante.
- E índice de liquidez, que corresponde à razão do total de ativos pelo total de passivo e patrimônio líquido.

QUESTÃO 58

Em relação à gestão de projetos em organizações públicas, julgue os itens a seguir.

- I Sistemas correspondem à unidade macro e representam conjuntos de projetos.
- II Um programa contém um conjunto de projetos administrados de forma coordenada.
- III O conjunto de projetos ou programas de uma organização é denominado portfólio.
- IV A fase de um projeto na qual ocorre a entrega do objeto ao cliente final é denominada desenvolvimento.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e III.
- E III e IV.

QUESTÃO 59

A reforma administrativa que transferiu atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, como uma estratégia de superação da rigidez burocrática, foi realizada no século passado,

- A em meados dos anos 70, com a criação da Secretaria de Modernização (SEMOR).
- B no começo da década de 80, com a criação do Programa Nacional de Desburocratização (PrND).
- C em 1995, por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.
- D na década de 30, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).
- E no fim da década de 60, por meio do Decreto-lei n.º 200/1967.

QUESTÃO 60

De acordo com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, um dos fatores para a crise do Estado é o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado. Nos países desenvolvidos, essa estratégia estatizante é simbolizada pelo Estado

- A regulador.
- B burocrático.
- C patrimonial.
- D autoritário.
- E do bem-estar social.

QUESTÃO 61

Conforme a Política de Governança Digital, estabelecida pelo Decreto n.º 8.638/2016, o serviço público disponibilizado em meio digital e que possa ser utilizado pelo próprio cidadão, sem o auxílio do órgão ofertante do serviço, é denominado de

- A autosserviço.
- B serviço eletrônico.
- C serviço impessoal.
- D autodemanda.
- E serviço digitalizado.

QUESTÃO 62

A gestão por resultados preconiza na provisão de serviços públicos

- A o controle *ex ante*.
- B o foco nos *inputs*.
- C a priorização de processos.
- D a importância das parcerias.
- E a aversão a riscos.

QUESTÃO 63

Assinale a opção que indica o modelo que, no âmbito da gestão de pessoas, reconhece motivação profissional nos fatores salário, metas, satisfação pessoal e qualidade de vida.

- A modelo de banco de horas
- B modelo de plano de carreiras
- C modelo do homem complexo
- D modelo de gestão baseada em competências
- E modelo do *homo economicus*

QUESTÃO 64

A nomeação de correligionários ou de apoiadores para cargo de confiança como moeda de troca do jogo político-partidário está associada à prática denominada

- A neocorporativismo.
- B clientelismo.
- C nepotismo.
- D corporativismo.
- E estatismo.

QUESTÃO 65

Assinale a opção que indica a avaliação que busca verificar se determinada política pública responde a um problema bem delimitado e evita a ocorrência de erros de formulação e desenho.

- A avaliação de resultados
- B avaliação *ex post*
- C avaliação de processos
- D avaliação *ex ante*
- E avaliação de *performance*

QUESTÃO 66

A participação do cidadão na gestão pública — na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações do governo — é uma forma de controle

- A interno.
- B institucional.
- C externo.
- D social.
- E fiscal.

QUESTÃO 67

As análises de custo-benefício e de custo-efetividade são, ambas, modelos avaliativos do tipo

- A econômico.
- B baseado em clientes.
- C baseado em *stakeholders*.
- D baseado em efetividade.
- E profissional.

QUESTÃO 68

A teoria da mudança trata da lógica programática de certa intervenção e ajuda gestores e *stakeholders* a entender, de forma harmônica e compartilhada, as atividades, os produtos e os resultados esperados de determinado projeto. Nesse aspecto, no âmbito de um projeto, a teoria da mudança deve ser desenvolvida fundamentalmente na fase de

- A análise.
- B elaboração.
- C monitoramento.
- D implementação.
- E avaliação.

QUESTÃO 69

Conforme dispositivo da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o prazo máximo de restrição de acesso a uma informação ultrassecreta é de

- A 25 anos.
- B 40 anos.
- C 50 anos.
- D 5 anos.
- E 15 anos.

QUESTÃO 70

A Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF) compreende diversos dispositivos que são considerados instrumentos de transparência. Com o advento da Lei Complementar n.º 131/2009 (Lei da Transparência), outros dispositivos de gestão fiscal foram incluídos na LRF como instrumentos de transparência, entre eles

- A a divulgação extensiva de relatórios de prestação de contas e respectivo parecer prévio por meio de produtos impressos e eletrônicos de acesso público.
- B o incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão de planos, de lei de diretrizes orçamentárias e de orçamentos.
- C a publicação de relatório resumido da execução orçamentária em período imediatamente posterior ao ano fiscal em questão.
- D a divulgação extensiva de planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias por meio de produtos impressos e eletrônicos de acesso público.
- E a publicação de relatório de gestão fiscal em período imediatamente posterior ao ano fiscal em questão.

QUESTÃO 71

A respeito das técnicas orçamentárias, julgue os itens a seguir.

- I O orçamento base-zero pressupõe um reexame crítico dos dispêndios de cada área governamental após cada ciclo orçamentário, de modo que não haja direitos adquiridos sobre o montante dos gastos do exercício anterior, salvo no caso de despesas de caráter obrigatório.
- II No orçamento de desempenho, ou tradicional, embora seja possível saber o que faz o governo, não ocorre vinculação com o planejamento governamental.
- III O orçamento participativo caracteriza-se por uma participação direta e efetiva das comunidades, de tal forma que o chefe do Poder Executivo está obrigado legalmente a seguir as sugestões da população.
- IV No âmbito dos municípios, o orçamento participativo é de observância obrigatória, de modo que a realização de debates, audiências e consultas públicas é condição obrigatória para a aprovação do orçamento anual pela câmara municipal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item IV está certo.
- C Apenas os itens I e IV estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 72

Se, durante a apreciação da lei orçamentária anual de um município, a câmara municipal incluir artigo que conceda reajuste salarial aos servidores dessa casa legislativa, será violado o princípio orçamentário da

- A unidade.
- B exclusividade.
- C anualidade.
- D legalidade.
- E universalidade.

Tabela 1A8-I

A tabela a seguir apresenta informações sobre a execução orçamentária e financeira divulgadas, em 2017, por um município, não tendo sido inscritas as despesas em restos a pagar ao final do exercício.

receitas arrecadadas	valor (em mil reais)
aluguéis	500
contribuições dos servidores ao RPPS	500
cota-parte do FPM	5.000
IPTU	14.500
ISS	9.000
operações de crédito	6.000
taxas	3.500
venda de imóvel	1.000

despesas empenhadas	valor (em mil reais)
amortização de empréstimos	5.500
aquisição de ambulâncias	400
juros e encargos da dívida	1.500
material de consumo	8.000
obras e instalações	3.500
pessoal e encargos sociais – Poder Executivo	19.000
pessoal e encargos sociais – Poder Legislativo	1.800

QUESTÃO 73

Considerando-se somente as receitas e as despesas correntes da tabela 1A8-I, o resultado obtido foi

- A deficitário em R\$ 800.000.
- B superavitário em R\$ 2.700.000.
- C superavitário em R\$ 2.300.000.
- D superavitário em R\$ 2.200.000.
- E deficitário em R\$ 1.300.000.

QUESTÃO 74

De acordo com a tabela 1A8-I, o total de despesas de capital foi igual a

- A R\$ 9.000.000.
- B R\$ 9.400.000.
- C R\$ 8.500.000.
- D R\$ 10.900.000.
- E R\$ 10.500.000.

QUESTÃO 75

Ainda de acordo com a tabela 1A8-I, em relação aos limites de despesa com pessoal regulamentados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que o Poder

- A** Executivo extrapolou o limite de despesa global, devendo eliminar o percentual excedente nos três quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um quarto no primeiro deles.
- B** Executivo não extrapolou o limite prudencial, embora tenha ultrapassado o limite de alerta.
- C** Legislativo não extrapolou o limite de despesa global, embora tenha ultrapassado o limite prudencial.
- D** Executivo não extrapolou o limite de despesa global, embora tenha ultrapassado o limite prudencial.
- E** Legislativo não extrapolou o limite prudencial, embora tenha ultrapassado o limite de alerta.

QUESTÃO 76

No que diz respeito ao suprimento de fundos, assinale a opção correta.

- A** As restituições, por falta de aplicação, parcial ou total, ou aplicação indevida, constituirão anulação de despesa, caso sejam recolhidas após o encerramento do exercício.
- B** A comprovação dos saldos de suprimento de fundos aplicados até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro anterior deve ser feita até 31 de janeiro do exercício financeiro corrente.
- C** É vedada a abertura de conta bancária destinada à movimentação de suprimento de fundos.
- D** É vedada a concessão de suprimento de fundos a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir, em qualquer hipótese.
- E** A concessão de suprimento de fundos se destina a despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, e prescinde de empenho prévio.

QUESTÃO 77

Um ministério fará uma descentralização de créditos orçamentários, por meio da sua unidade orçamentária, para uma de suas unidades administrativas. Além disso, esse ministério deverá autorizar a liberação de recursos financeiros para uma entidade da administração indireta a ele vinculada.

Nessa situação, o ministério deverá realizar, respectivamente,

- A** uma provisão e um sub-repasse.
- B** um destaque e uma cota.
- C** uma dotação e uma cota.
- D** um destaque e um repasse.
- E** uma provisão e um repasse.

QUESTÃO 78

O Poder Executivo de um município pretende apresentar projeto de lei para abertura de créditos adicionais especiais. Em relação às fontes de recursos, o executivo poderá utilizar

- A** o excesso de arrecadação do exercício corrente, mas não o superávit do orçamento corrente.
- B** o excesso de arrecadação do exercício corrente, bem como o superávit do orçamento corrente.
- C** o excesso de arrecadação do exercício corrente, mas não as operações de crédito.
- D** a anulação parcial de dotações orçamentárias, mas não o superávit financeiro do exercício anterior.
- E** as operações de crédito, mas não o excesso de arrecadação do exercício corrente.

QUESTÃO 79

À luz da Lei n.º 4.320/1964, assinale a opção correta.

- A** A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o saldo patrimonial do exercício.
- B** No balanço financeiro, os restos a pagar do exercício são computados na receita extraorçamentária, o que compensa sua inclusão na despesa orçamentária.
- C** Constituem elementos da conta financeira as alterações da situação líquida patrimonial que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas.
- D** No balanço patrimonial, o ativo permanente compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação independa de autorização legislativa.
- E** O balanço orçamentário demonstra a receita e a despesa orçamentárias, além dos recebimentos e dos pagamentos de natureza extraorçamentária do exercício corrente.

QUESTÃO 80

Em relação ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue os itens subsequentes.

- I O chefe do Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei orçamentária enquanto não iniciada a discussão da parte para a qual se propõe alteração.
- II A iniciativa dos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual cabe ao chefe do Poder Executivo em cada um dos poderes.
- III É possível utilizar o superávit financeiro do exercício anterior como fonte de recursos para emenda ao orçamento anual.
- IV Metade das emendas individuais dos parlamentares a projeto de lei orçamentária deve ser destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

CONTROLE EXTERNO

QUESTÃO 81

Um agente público sem aprovação em concurso público foi nomeado, mediante celebração de contrato de trabalho, para assumir um cargo em emprego público efetivo, em razão de necessidade de excepcional interesse público.

O referido ato de nomeação poderá ser

- A anulado, assim como revogados os atos vinculados, os que tenham exaurido os seus efeitos e os que tenham gerado direitos subjetivos.
- B anulado, devendo o agente nomeado devolver a remuneração recebida pelo trabalho efetivamente prestado.
- C anulado pelo Poder Judiciário, que invalidará os atos praticados pelo empregado no desempenho de suas atribuições funcionais.
- D revogado pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação pelo interessado, considerando-se o menosprezo à exigência de aprovação prévia em concurso público.
- E anulado pela administração pública, de modo que os efeitos da anulação retroajam às suas origens, invalidando-se as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado.

QUESTÃO 82

Mais de 450 obras executadas com recursos públicos foram interrompidas em um estado. Foi constatado desrespeito às regras licitatórias, o que possibilitou a emissão de notas fiscais falsas e a participação de empresas não atuantes no ramo e de empresas inexistentes. Devido a essa situação preocupante, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixou prazo para que se adotassem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Havendo débito, o TCU ou o relator, tendo verificado irregularidades, determinará audiência para que o responsável apresente as devidas justificativas.
- B Detectada a prática de ilegalidade, cabe ao TCU determinar, de forma autônoma, a sustação imediata dos contratos firmados.
- C Compete ao TCU averiguar o mau uso de recursos públicos e determinar a quebra do sigilo bancário dos envolvidos.
- D Mesmo que parte dos processos licitatórios tenha sido regular, o TCU pode indicar irregularidades na execução contratual, como as relativas à forma de pagamento acordada.
- E Para realizar exame de regularidade, o TCU poderá solicitar, até o final do processo licitatório, cópia dos editais de licitação já publicados e sugerir medidas corretivas pertinentes.

QUESTÃO 83

O controle externo da administração pública

- A pode ser realizado de forma ampla e irrestrita.
- B pode invalidar atos produzidos que infrinjam a legislação.
- C é competência do Poder Executivo, com auxílio dos tribunais de contas.
- D avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual bem como a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- E é hierarquicamente superior ao controle interno de cada órgão.

QUESTÃO 84

O sistema de controle interno, mantido de forma integrada pelos Poderes da União, tem, entre suas finalidades, a atribuição de

- A exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- B promover a consolidação das contas nacionais.
- C elaborar e executar a programação financeira da União.
- D apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- E sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

QUESTÃO 85

Vários estados da Federação enfrentavam problemas relacionados à entrega de correspondências: o percentual de cartas não entregues havia dobrado e, conforme o tipo de encomenda, os atrasos tinham quintuplicado. Em razão disso, um deputado federal apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações para que este prestasse esclarecimentos sobre as principais razões para essa crise dos serviços postais no Brasil. O pedido foi aprovado pela maioria absoluta do plenário, e foi efetuada a convocação do ministro.

Nessa situação hipotética, a Câmara Legislativa exerceu o controle

- A interno.
- B prévio.
- C administrativo.
- D parlamentar.
- E judicial.

QUESTÃO 86

Com relação ao pedido escrito de informação no âmbito do controle parlamentar, assinale a opção correta.

- A A legitimidade passiva para o fornecimento de informações é apenas dos ministros de Estado.
- B O prazo estipulado para que as informações sejam devidamente prestadas é de trinta dias, cabendo prorrogação por igual período.
- C A legitimidade ativa para requerer informações por pedido escrito é da Câmara dos Deputados e do Senado Federal exclusivamente, sendo vedado o requerimento pelas comissões de cada uma dessas Casas.
- D É permitido impetrar mandado de segurança a fim de compelir determinada autoridade estatal a prestar as devidas informações caso a autoridade não tenha atendido ao pedido.
- E O pedido escrito de informação tem por finalidade a obtenção de informações relacionadas com o exercício das atribuições da administração pública.

QUESTÃO 87

O controle externo da execução orçamentária da administração pública pelos tribunais de contas

- A** é realizado unicamente por meio de ofício, quando executado na fiscalização de editais de licitação de bens.
- B** abrange os órgãos integrantes das administrações direta e indireta, salvo aqueles que executam atividades do Poder Judiciário.
- C** compreende a averiguação da legalidade dos atos de que resulte a arrecadação de receita ou a realização de despesa.
- D** abrange a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de nomeação para cargos de provimento em comissão.
- E** compreende a apreciação da legalidade dos atos de que resultem a previsão de receita e a fixação de despesa, assim como as nomeações para cargo de provimento em comissão.

QUESTÃO 88

O tribunal de contas de determinado estado emitiu parecer prévio favorável à aprovação das contas anuais referentes ao exercício de 2017 do governo de determinado município do estado. O parecer continha uma série de recomendações que deveriam ser cumpridas, sob pena de reflexos negativos na apreciação das contas relativas ao exercício do ano de 2018.

O parecer prévio é

- A** um meio de controle inerente ao poder hierárquico.
- B** peça técnico-jurídica de natureza opinativa cuja finalidade é subsidiar o julgamento das contas pelo Poder Legislativo.
- C** emitido pelo órgão ao qual compete a fiscalização da prestação de contas anual do município e prevalecerá por decisão de três quintos dos membros da câmara municipal.
- D** peça de natureza política que orienta o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo Poder Executivo.
- E** um meio de controle para provocar o reexame de atos administrativos.

QUESTÃO 89

No controle administrativo, o meio utilizado para se expressar oposição a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado é denominado

- A** recurso administrativo.
- B** representação.
- C** fiscalização hierárquica.
- D** pedido de reconsideração.
- E** reclamação.

QUESTÃO 90

Um servidor aprovado em concurso público ingressou no cargo de analista de controle externo de determinado órgão e começou a atuar em atividades relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação. Após o período de estágio probatório, ele passou a adulterar algumas decisões a pedido de interessados, tendo recebido, em troca, expressiva vantagem econômica.

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, em decorrência dessa conduta ímproba, o referido servidor está sujeito

- A** ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano causado e à perda da função pública.
- B** à punição de caráter penal, a multas e à reparação do dano ao erário.
- C** à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar.
- D** à prisão preventiva ou domiciliar sem perda da função pública.
- E** à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil.

QUESTÃO 91

José solicitou informações relativas à gestão de determinado órgão do Poder Executivo federal. Apesar de ele ter atendido às normas de identificação estabelecidas pelo órgão em questão, foi-lhe negado o acesso às informações requeridas. Em razão dessa recusa, José apresentou recurso à autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a primeira decisão, mas novamente seu acesso foi negado.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, para tentar ter acesso às informações requeridas, José poderá recorrer

- A** à Advocacia-Geral da União (AGU).
- B** à Defensoria Pública da União (DPU).
- C** ao Congresso Nacional.
- D** à Controladoria-Geral da União (CGU).
- E** ao Tribunal de Contas da União (TCU).

QUESTÃO 92

De acordo com o que determina a Resolução n.º 12/2008 — Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais —, as contas de determinado gestor deverão ser consideradas ilíquidas caso

- A** comprovem dano injustificado ao erário em decorrência de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
- B** comprovem grave infração à norma legal ou regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.
- C** evidenciem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, mesmo que não causem dano ao erário.
- D** venha a ser materialmente impossível o julgamento de mérito, por motivo de força maior ou caso fortuito.
- E** expressem inexistência dos demonstrativos contábeis, mesmo que os atos de gestão do responsável sejam legais, legítimos, econômicos e razoáveis.

QUESTÃO 93

Julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- I O TCU tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação e pode expedir medidas cautelares para prevenir lesão ao erário.
- II É constitucional norma estadual que estabelece a competência do respectivo tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- III A revogação ou a anulação de aposentadoria já apreciada e registrada pelo TCU prescinde de nova aprovação do colegiado desse órgão para se confirmar, ao contrário do que ocorre com a anulação dos atos de admissão.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 94

Proferidas por meio de acórdãos nos quais são consubstanciados os julgamentos de contas e de processos oriundos de fiscalizações, as decisões do TCU

- A estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STF.
- B são irreformáveis pelo Poder Judiciário, uma vez que o TCU é cúpula da jurisdição administrativa, que não se confunde com a jurisdição do Poder Judiciário.
- C são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso extraordinário interposto para o STF.
- D são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso especial interposto para o STJ.
- E estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STJ.

QUESTÃO 95

Uma sociedade de economia mista da União realizou procedimento licitatório, conforme norma a ela aplicável, para elaboração de projeto executivo e construção da nova sede da empresa. O procedimento foi encerrado com a contratação da construtora vencedora. Durante a execução da obra, o gerente responsável pagou à construtora por etapa ainda não concluída, sob a alegação de que esse pagamento propiciaria o término dos trabalhos em menor prazo. Em fiscalização, equipe do TCU entendeu que o referido pagamento adiantado contrariava as normas aplicáveis à execução do contrato.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O TCU pode, caso verifique ilegalidades, assinar prazo para que a empresa adote as providências para cumprimento da lei; para isso, no entanto, o tribunal deve ser autorizado pelo Congresso Nacional.
- B A referida sociedade de economia mista da União é uma empresa estatal que não recebe recursos do Tesouro Nacional; por conseguinte, o TCU não possui competência para fiscalizar seus atos.
- C O TCU possui competência para fiscalizar atos dessa sociedade de economia mista da União, devendo tal fiscalização ser requerida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
- D O TCU deve sustar imediatamente o contrato em execução e, na sequência, comunicar o fato ao Congresso Nacional, para que este tome as demais providências.
- E A CF não estabelece, por si, cominações aplicáveis à situação em apreço, mas prevê a possibilidade de aplicação de multa pelo TCU ao gerente responsável, desde que prevista em lei.

QUESTÃO 96

Um servidor efetivo do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) cometeu falta em serviço. Instaurado processo administrativo-disciplinar contra o servidor, foi garantido a ele o direito ao contraditório e à ampla defesa. O entendimento final foi que o servidor desempenhou conduta irregular.

Nessa situação hipotética, a aplicação da sanção cabível ao servidor será feita pelo

- A secretário-geral do TCE/MG.
- B diretor-geral do TCE/MG.
- C corregedor do TCE/MG.
- D plenário do TCE/MG.
- E presidente do TCE/MG.

Espaço livre

QUESTÃO 97

Além dos conselheiros, o TCE/MG compõe-se de quatro auditores que substituem os conselheiros em caso de ausência e impedimentos destes últimos. A esses auditores são asseguradas as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e subsídio de

- A** juízes de última instância.
- B** procuradores do Ministério Público Federal.
- C** secretários estaduais.
- D** desembargadores.
- E** ministros do STJ.

QUESTÃO 98

O TCE/MG, ao constatar irregularidade em obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá aplicar a sanção de

- A** suspensão dos direitos políticos.
- B** perda dos direitos políticos.
- C** declaração de inelegibilidade.
- D** inabilitação para o exercício de cargo em comissão.
- E** perda de bens na quantia do débito.

QUESTÃO 99

Um secretário de estado de Minas Gerais, provocado pela equipe técnica da sua secretaria, encaminhou consulta ao TCE/MG, a fim de obter o entendimento desse tribunal a respeito da aplicação correta de norma com repercussão financeira e orçamentária, mas que não versava sobre caso concreto.

Nessa situação, o TCE/MG deverá deliberar mediante

- A** acórdão.
- B** provimento.
- C** instrução.
- D** resolução.
- E** parecer.

QUESTÃO 100

Um gestor público do estado de Minas Gerais praticou irregularidade em procedimento licitatório. Como consequência, o TCE/MG, em caráter definitivo, rejeitou suas contas e o condenou ao pagamento de multa. No entanto, foi constatada divergência entre essa decisão e outra, em caso análogo, que havia sido proferida pelo Tribunal Pleno.

Nessa situação hipotética, contra a decisão definitiva, o gestor poderá valer-se de

- A** recurso de reconsideração.
- B** embargos de declaração.
- C** recurso de agravo.
- D** embargos infringentes.
- E** recurso de revisão.